**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

27º SIMULADO OAB 2015.1

02 DE FEVEREIRO DE 2015

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h e encerramento às 12h. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 02/fev e extinguir-se-á às 13hs do dia 03/fev. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 04/fev.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 04/fev.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 02/fev | 9h - 12h | Simulado |
| 02/fev | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 03/fev | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 04/fev | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 04/fev | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. A qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde como organizações sociais (OSs) é ato administrativo:**

(A) Vinculado e de competência da União ;

(B) Vinculado e de competência da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal;

(C) Discricionário e de competência dos Estados;

(D) Discricionário e de competência da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal.

**2. Determinado Estado da federação publicou edital de concorrência para a realização de obras de saneamento básico. De acordo com o aviso de licitação, o valor estimado para a contratação é de R$ 175.000.000,0 (cento e setenta e cinco milhões de reais), sendo certo que a obra terá duração de 18 (dezoito) meses.**

**Tendo tomado conhecimento da realização do certame, o Tribunal de Contas do aludido Estado determinou a revogação da licitação, uma vez que o órgão licitante não realizou a necessária audiência pública prévia à publicação do edital.**

**A partir da situação descrita, assinale a alternativa correta.**

(A) A disciplina legislativa das licitações prevê que, quando necessária, a audiência pública deve ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para publicação do edital;

(B) É obrigatória a realização de audiência pública nas licitações cujo valor estimado seja superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), independentemente do prazo de execução;

(C) Poderão participar da audiência pública apenas membros do Ministério Público e representantes do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa;

(D) Não é necessária a realização de audiência publica em licitações de obras de saneamento básico, uma vez que esse é um direito fundamental de todo cidadão.

**3. João, funcionário público municipal, após ser flagrado furtando resmas de papel do órgão público em que exercia suas atividades, foi demitido pelo Município.**

**A demissão de João pela Administração Pública municipal configura exercício de seu:**

(A) Poder de polícia;

(B) Poder hierárquico;

(C) Poder regulamentar;

(D) Poder disciplinar;

**4. Município A, de modo a viabilizar a implantação de linha metroviária, editou decreto declarando de utilidade pública para fins de desapropriação imóvel de propriedade de Maria. Decorridos 7 (sete) anos da publicação do decreto, Maria ingressa em juízo requerendo a caducidade da declaração.**

**Considerando a afirmativa acima, assinale a opção incorreta:**

(A) A desapropriação é modalidade de intervenção supressiva do Estado na propriedade privada;

(B) A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação caduca em 2 (dois) anos;

(C) A desapropriação deve ser precedida de justa indenização ao expropriado;

(D) União, Estado e Municípios têm legitimidade para intervir na propriedade privada declarando a utilidade pública de bens imóveis para fins de desapropriação.

**5. José, permissionário de serviço de transporte complementar de passageiros, após assinar contrato de permissão por tempo indeterminado com a Administração Publica, resolve contestar administrativamente os termos ali pactuados, alegando não haver qualquer garantia de manutenção da sua permissão de exploração do transporte complementar . Após a devida instrução processual, o órgão competente pela concessão da permissão negou provimento ao requerimento do permissionário sob o argumento de que o contrato celebrado tem natureza de contrato de adesão, não sendo possível sua alteração para atender pleitos específicos.**

**Considerando a situação relatada acima e a disciplina legal das permissões de serviço publico, podemos afirmar:**

(A) A permissão de serviço público somente pode ser concedida a pessoas jurídicas, não sendo possível a exploração de qualquer serviço por particular;

(B) As permissões de serviço público são formalizadas por meio de contrato de adesão e são caracterizadas por sua precariedade;

(C) Nos termos da legislação vigente a delegação da prestação de serviços públicos deve ser obrigatoriamente realizada por meio de contrato de concessão precedido de licitação publica.

(D) Não é permitida a delegação de permissão de serviço público por tempo indeterminado.

**6. João, proprietário de bem imóvel tombado pelo Município C, cansado de ter que cumprir as regras de conservação dos bens tombados, resolve vender o imóvel a Maria sem consultar os órgãos competentes. Maria, ao tentar registrar o imóvel como sua propriedade é informada pelo oficial do Cartório que o registro não poderias ser feito pois a União havia registrado o interesse em adquirir o aludido imóvel tombado.**

**Sobre o tema é correto afirmar:**

(A) Os bens tombados não podem ser gravados com penhor, anticrese e hipoteca;

(B) É dever do órgão responsável pelo tombamento a conservação do bem tombado, ainda que de propriedade privada.

(C) A União tem direito de preferência na alienação onerosa de bens privados tombados;

(D) O tombamento de bens somente pode ser feito de forma individualizada, não sendo possível que a norma atinja quantidade indefinida de bens.

**7. Sobre o acordo de leniência previsto na Lei federal nº 12.846/13, é correto afirmar:**

(A) Pode ser celebrado por pessoas físicas ou jurídicas para a identificação dos demais envolvidos na infração;

(B) É de competência exclusiva do poder judiciário;

(C) A sua celebração somente é possível se houver o comprometimento da pessoa física ou jurídica em cessar seu envolvimento na infração investigada a partir da assinatura do acordo;

(D) A celebração de acordo de leniência não exime a pessoa jurídica de reparar os danos causados.

**8. A Secretaria Municipal de Educação do município K pretende realizar licitação, pelo Regime Diferenciado de Contratações, para a reforma das escolas publicas de ensino fundamental daquela localidade.**

**Considerando a disciplina legal do RDC, é incorreto afirmar:**

(A) O RDC pode ser utilizado para a contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do SUS;

(B) Pelo RDC é possível realizar licitação sem a existência de projeto executivo previamente elaborado pela Administração Publica;

(C) A utilização do RDC é obrigatória para a realização de obras e serviços de engenharia no âmbito do sistema publico de ensino;

(D) No RDC é possível que o valor estimado para a licitação seja sigiloso.

**9. Os municípios A, B, C e D celebraram contrato de consórcio publico com o objetivo de gerir de forma conjunta o serviço de tratamento de água e esgoto de suas respectivas áreas. No referido contrato existe a previsão de outorga da concessão desse serviço, desde que observado o procedimento legal para tanto.**

**Com base na legislação vigente podemos concluir:**

(A) Os consórcios públicos não podem outorgar a concessão de serviços públicos;

(B) Os consórcios públicos devem ser constituídos por prazo determinado e com finalidade específica;

(C) É permitida a transferência de recursos de cada município integrante do consórcio para custear as despesas genéricas, independentemente de celebração de contrato de rateio;

(D) Os consórcios públicos não se submetem às regras de controle aplicáveis aos demais entes públicos.

**10. Com relação aos bens de uso comum do povo e aos bens de uso especial, assinale a opção correta.**

(A) Enquanto forem afetados, nem os bens de uso comum nem os de uso especial podem ser objeto de venda ou doação;

(B) o não uso dos bens de uso comum do povo implica desafetação;

(C) Os bens de uso especial são penhoráveis;

(D) Apenas os bens de uso comum do povo têm como característica a imprescritibilidade.

**Constitucional**

**11. Sobre o procedimento de edição de enunciado de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:**

(A) A proposta de edição de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

(B) O enunciado de súmula vinculante pode ser impugnado por meio de ação direta de inconstitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) Somente os legitimados para propositura de ação direta de inconstitucionalidade poderão formular pedido de cancelamento de súmula vinculante.

(D) Contra a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal aprovando enunciado de súmula vinculante cabe a interposição de recurso extraordinário por qualquer dos legitimados para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade.

**12. Com referência ao Poder Judiciário, assinale a opção correta de acordo com o disposto na CRFB/88 e o entendimento do STF.**

(A) O princípio constitucional da publicidade alcança somente as audiências e sessões de julgamento do Poder Judiciário, razão pela qual pode a lei determinar, por exemplo, que todas as ações em curso nas varas criminais tramitem em segredo de justiça.

(B) É vedado a membro do Poder Judiciário exercer a advocacia, em qualquer juízo ou tribunal, antes de decorridos três anos de seu afastamento do cargo, seja por aposentadoria ou por exoneração.

(C) Em homenagem ao princípio do acesso à justiça, a CF permite o funcionamento descentralizado dos tribunais de justiça estaduais mediante a criação de câmaras regionais.

(D) Em atenção ao princípio do duplo grau de jurisdição, das decisões judiciais proferidas pelos tribunais de justiça estaduais e pelos tribunais regionais federais, caberá recurso ao Conselho Nacional de Justiça, que funcionará como um novo grau de jurisdição.

**13. Sobre o controle de constitucionalidade estabelecido na Constituição Federal, assinale a única alternativa correta:**

(A) A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão pode ser ajuizada por qualquer partido político.

(B) De acordo com o estabelecido no artigo 97 da Constituição Federal que “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei”, não poderá o juiz singular considerar lei inconstitucional em suas decisões.

(C) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

(D) Aos Tribunais Militares é vedada a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

**14. No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias fundamentais previstos na CRFB/88, assinale a opção correta.**

(A) A publicidade dos atos processuais é restrita às partes e aos seus advogados.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado sempre que alguém sofrer violência em sua liberdade de locomoção.

(C) O habeas corpus protege o direito constitucional de ir e vir, o habeas data o direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e pelo mandado de injunção.

(D) O habeas data é remédio individual que não pode ser utilizado, em regra, para ciência de dados de terceiros.

**15. Considerando o que está previsto pela Constituição da República, assinale a assertiva incorreta:**

(A) Os partidos políticos devem estabelecer em seus estatutos, normas de fidelidade partidária.

(B) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

(C) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar, exceto em tempo de guerra declarada pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional.

(D) O voto, plebiscito, referendo e a iniciativa popular são instrumentos constitucionais de exercício da soberania popular.

**16. Sobre o sistema de repartição de competências assinale a alternativa correta.**

(A) Na repartição de competências na Federação brasileira, é competência exclusiva da União a preservação da fauna.

(B) A repartição de competências entre os entes federativos atribui à União competência ampla e, aos estados, competência residual, motivo por que lei federal é hierarquicamente superior a lei estadual.

(C) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

(D) Compete privativamente à União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

**17. A respeito das comissões parlamentares de inquérito, instituídas pelo Congresso Nacional e suas Casas Legislativas, é incorreto afirmar que:**

(A) Devem ter caráter permanente e destinar-se à apuração de fato certo e determinado.

(B) Uma comissão parlamentar de inquérito não pode ser instaurada pelo Congresso Nacional para investigar assunto de interesse local.

(C) A comissão parlamentar de inquérito não pode decretar interceptação telefônica.

(D) A comissão parlamentar de inquérito não pode decretar a violação de domicílio.

**18. A propósito da evolução da Reclamação Constitucional no direito brasileiro, pode-se afirmar que:**

(A) É instrumento voltado exclusivamente a sanar a inobservância das decisões do Supremo Tribunal Federal, em processos subjetivos ou objetivos, havendo sido criado por norma regimental e posteriormente incluído no Art. 102, inciso I, alínea "l", do texto originário da Constituição Federal de 1988.

(B) A reclamação constitucional constitui remédio processual idôneo para assegurar a autoridade de provimentos do Supremo Tribunal Federal desrespeitados por decisões transitadas em julgado, proferidas por Tribunal de Justiça Estadual.

(C) Conforme entendimento do STF, cabe reclamação da decisão que conceder ou negar a liminar proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

(D) A reclamação é instrumento processual adequado para se exigir de autoridade o cumprimento de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

**19. Segundo a Constituição Federal, no capítulo “Do Poder Legislativo”, o processo legislativo não compreende a elaboração de:**

(A) Emendas Constitucionais

(B) Leis Ordinárias

(C) Medidas Provisórias

(D) Decretos regulamentadores

**20. Sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa correta:**

(A) O Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país, sob pena de perda do cargo, por até quarente e cinco dias.

(B) Compete privativamente do Presidente da República: permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneça temporariamente.

(C) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será realizada sessenta dias depois da última vacância, pelo Senado Federal, na forma da lei.

(D) Compete privativamente do Presidente da República: prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de setenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

**Deontologia**

**21. Conforme o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como o Regulamento Geral do EAOAB, no que diz respeito às eleições, marque a resposta correta:**

(A) A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.

(B) O mandato em qualquer órgão da OAB é de 3 anos, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo no Conselho Federal.

(C) Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término quando o titular faltar, sem justo motivo, a cinco reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, podendo, entretanto, ser reconduzido no mesmo período de mandado.

(D) Extinto qualquer mandato, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.906/94, cabe ao Conselho Federal escolher o substituto, caso não haja suplente.

**22. Marque, entre as alternativas abaixo, aquela que traz mais hipóteses de cancelamento da inscrição no quadro de advogados da OAB.**

(A) Falecimento do advogado, doença mental curável e requerimento simples.

(B) Por requerimento, por falecimento e pela perda dos requisitos necessários para a inscrição.

(C) Doença mental curável, falecimento e atividade incompatível em caráter temporário.

(D) Atividade incompatível em caráter definitivo, falecimento e doença mental curável.

**23. Joel Santana, advogado há mais de 25 anos, inscrito no Conselho Seccional de Pernambuco, recebe uma proposta para instalar uma sociedade de advogados na Bahia. Assim, aceitando o convite, e após conversar com sua esposa – que prontamente aceita a ideia, começa a tomar as medidas para a mudança da família.**

**Que medida deverá tomar esse advogado, inscrito no Conselho Seccional de Pernambuco e que quer mudar efetivamente o seu domicílio profissional para a Bahia?**

(A) Nenhuma medida precisa ser tomada, uma vez que a inscrição na OAB/PE permite a advocacia de forma ilimitada em todo o Brasil.

(B) O advogado deverá, obrigatoriamente, providenciar a inscrição suplementar.

(C) O profissional deverá requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional da Bahia.

(D) O advogado deverá prestar novo Exame de Ordem perante o Conselho Seccional da Bahia.

**24. Acerca das sociedades de advogados, julgue os itens abaixo e marque a alternativa correta:**

**(I) Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber;**

**(II) As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte;**

**(III) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.**

(A) Todos os itens estão corretos.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Todos os itens estão errados.

(D) Os itens I e II estão errados.

**25. No que diz respeitos aos honorários advocatícios à luz do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como à luz do Código de Ética e Disciplina é correto afirmar que:**

(A) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados e aos honorários fixados por arbitramento judicial apenas.

(B) Os honorários advocatícios devem necessariamente ser parcelados em três vezes, sendo 1/3 no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

(C) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

(D) O Código de Ética e Disciplina permite que o advogado contrate honorários advocatícios através de notas promissórias.

**26. Em relação aos direitos dos advogados assegurados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como em relação ao entendimento do STF, marque a alternativa incorreta.**

(A) É direito do advogado sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa pelo prazo de 15 minutos, salvo se prazo maior for concedido.

(B) Constitui direito do advogado, exercer com liberdade, a profissão em todo o território nacional, exigindo-se, em alguns casos, a inscrição suplementar.

(C) É direito do advogado ingressar livremente em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, desde que munido de poderes especiais.

(D) Constitui direito do advogado, ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

**27. Efigênio Duarte, recém-formado, recém-aprovado no Exame de Ordem e recém inscrito na OAB, recebe uma proposta de emprego de advogado em um supermercado de sua cidade.**

**Marque a alternativa correta, em relação ao tema do advogado empregado:**

(A) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional, visto que um dos requisitos caracterizadores do vinculo empregatício é a subordinação.

(B) O salário mínimo profissional do advogado será fixado pelo Conselho Seccional da OAB.

(C) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal de trabalho são remuneradas por um adicional não superior a 100 % sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

(D) As horas trabalhadas no período das 20 horas de um dia até as 5 horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25 %.

**28. A OAB é formada por quatro órgãos, quais sejam: Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Subseções e Caixa de Assistência dos Advogados.**

**Em relação às competências dos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) Compete privativamente ao Conselho Federal criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.

(B) Compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários advocatícios, válida para todo o país.

(C) É da competência do Conselho Seccional decidir o pedido de inscrição no quadro de advogados e estagiários.

(D) Em nenhuma hipótese pode o Conselho da Subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruir e emitir parecer prévio, mesmo que para posterior decisão do Conselho Seccional.

**29. Os impedimentos e as incompatibilidades são proibições parciais ou totais para o exercício da advocacia.**

**De acordo com a Lei nº 8.906/94, exerce atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário, ensejando a licença dos quadros da OAB:**

(A) vereador;

(B) delegado da Polícia Federal;

(C) prefeito do município de Salvador;

(D) auxiliar administrativo da Prefeitura de Salvador.

**30. Acerca do processo disciplinar na OAB, marque a alternativa incorreta:**

(A) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante a Subseção, quando competirá a está julgar o advogado e aplicar a punição cabível.

(B) A decisão condenatória recorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o a representado tenha a inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.

(C) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

(D) O prazo para a defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

**Direito e Processo Penal**

**31. Com relação ao tema imputabilidade penal, assinale a opção INCORRETA:**

(A) A embriaguez acidental completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, que ao tempo da ação ou da omissão, torna o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, não exclui a imputabilidade penal.

(B) No que diz respeito à menoridade penal, o Brasil adotou o princípio da inimputabilidade absoluta por presunção, ou seja, presume-se de forma absoluta que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis.

(C) A emoção, a paixão, a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não excluem a imputabilidade penal.

(D) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**32. JOÃO iniciou a execução de um crime de homicídio, cuja consumação não ocorreu pela:**

**(I) Impropriedade absoluta do objeto.**

**(II) Intervenção da polícia.**

**(III) Ineficácia relativa do meio utilizado.**

**(IV) Impropriedade relativa do objeto**

**(V) Ineficácia absoluta do meio utilizado**

**De acordo com o Código Penal, haverá tentativa punível na(s) hipótese(s):**

(A) I, II e V

(B) I e V

(C) II, III e IV

(D) II e IV

**33. Julgue os itens abaixo, assinalando a opção INCORRETA.**

(A) O Código Penal equiparou a falsificação de cartão de crédito ou de débito à falsificação de documento particular (art. 298).

(B) Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos delitos previstos no Código Penal, caracteriza o crime de constituição de milícia privada.

(C) Considera-se associação criminosa, a associação de 3 (três) ou mais pessoas para a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

(D) As penas dos crimes de homicídio e de lesões corporais são aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade se os crimes forem praticados por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

**34. Segundo a teoria do erro jurídico-penal adotada pelo Código Penal, assinale a opção CORRETA:**

(A) O erro de proibição sendo inescusável afasta a culpabilidade pela ausência da potencial consciência da ilicitude. Contudo, se o erro sobre a ilicitude do fato for escusável, apenas diminui-se a pena de um sexto até metade.

(B) O erro de tipo essencial é o erro sobre as circunstancias acessórias ao tipo ou sobre a execução do injusto, o que não afasta a existência do crime.

(C) O erro quanto à existência ou limites de uma causa de justificação é considerado pelo Código Penal como descriminante putativa.

(D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

**35. Sobre as causas excludentes da ilicitude, marque a opção INCORRETA**

(A) Quem possui o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade.

(B) Aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta e atual agressão a direito seu, age amparado pelo instituto da legítima defesa real.

(C) O agente que exceder os limites de quaisquer causas excludentes da ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposo, com a pena reduzida de um terço a metade.

(D) No estado de necessidade o agente sacrifica um bem para salvar direito próprio ou alheio de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

**36. Da sentença que absolver sumariamente o réu caberá(ão):**

(A) recurso em sentido estrito.

(B) embargos.

(C) revisão criminal.

(D) apelação.

**37. Caio, Mévio e Tício estão sendo acusados pela prática do crime de roubo majorado. No curso da instrução criminal, ficou comprovado que os três acusados agiram em concurso para a prática do crime. Os três acabaram condenados, e somente um deles recorreu da decisão. A decisão do recurso interposto por Caio:**

(A) aproveitará aos demais, sempre.

(B) se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

(C) sempre aproveitará apenas ao recorrente.

(D) aproveitará aos demais, desde que eles tenham expressamente consentido nos autos com os termos

**38. Trácio foi denunciado pela prática do delito descrito no artigo 333 do Código Penal. A peça inaugural foi recebida pelo Juiz Titular da Vara Única da Comarca X, que presidiu a Audiência de Instrução e Julgamento. Encerrada a instrução do feito, o processo foi concluso ao juiz substituto, que proferiu sentença condenatória, tendo em vista que o juiz titular havia sido promovido e estava, nesse momento, na 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital. De acordo com a Lei Processual Penal, assinale a alternativa correta.**

(A) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz.

(B) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa.

(C) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz diante das peculiaridades narradas no enunciado.

(D) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural.

**39. A Constituição do Estado “X” estabeleceu foro por prerrogativa de função aos Prefeitos de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça". José, Prefeito do Município “Y”, pertencente ao Estado “X”, mata João, amante de sua esposa.**

**Pergunta‐se, qual o órgão competente para o Julgamento de José?**

(A) Justiça Estadual de 1ª Instância

(B) Tribunal de Justiça

(C) Tribunal Regional Federal

(D) Justiça Federal de 1ª Instância

**40. Relativamente às regras sobre ação civil fixadas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

(A) São fatos que impedem a propositura da ação civil: o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação, a decisão que julgar extinta a punibilidade e a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

(B) Sobrevindo a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil não poderá ser proposta em nenhuma hipótese.

(C) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, a execução só poderá ser efetuada pelo valor fixado na mesma, não se admitindo, neste caso, a liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.

(D) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

**Empresarial**

**41. Na cláusula décima do contrato social de Populina Comércio de Brinquedos Ltda., ficou estabelecido que: “A cessão a qualquer título da quota de qualquer dos sócios depende da oferta prévia aos demais sócios (direito de preferência) nas mesmas condições da oferta a não sócio. Caso, após o decurso de 30 (trinta) dias, não haja interessado, o cedente poderá livremente realizar a cessão da quota a não sócio."**

**Tendo em vista as disposições do Código Civil acerca de cessão de quotas na sociedade limitada, assinale a afirmativa correta.**

(A) A cláusula é integralmente válida, tendo em vista ser lícito aos sócios dispor no contrato sobre as regras a serem observadas na cessão de quotas.

(B) A cláusula é nula, porque não é lícito aos sócios dispor no contrato sobre a cessão de quotas, eis que ela depende sempre do consentimento dos demais sócios.

(C) A cláusula é ineficaz em relação à sociedade e a terceiros, porque o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a outro sócio, independentemente da audiência dos demais.

(D) A cláusula é válida parcialmente, sendo nula na parte em que autoriza a cessão a não sócio, eis que ela depende sempre do consentimento de três quartos do capital social.

**42. Sobre a distinção entre endosso e cessão de crédito, assinale a afirmativa correta.**

(A) A cessão de crédito é a forma de transmissão dos títulos à ordem, enquanto o endosso é a forma de transmissão dos títulos não à ordem.

(B) A cessão de crédito ao cessionário pode ser parcial ou total, enquanto o endosso deve ser feito pelo valor integral do título, sob pena de nulidade.

(C) A eficácia do endosso em relação aos devedores do título depende de sua notificação; na cessão de crédito, a eficácia decorre da simples assinatura do cedente no anverso do título.

(D) O direito de crédito do endossatário é dependente das relações do devedor com portadores anteriores; o direito do cessionário é literal e autônomo em relação aos portadores anteriores.

**43. João Lima Artigos Esportivos Ltda. celebrou contrato de locação de imóvel comercial, localizado na Galeria Madureira, para a instalação do estabelecimento comercial da sociedade. Atingida por forte crise setorial, a sociedade acumulou dívidas vultosas e não conseguiu honrá-las.**

**Com a decretação da falência, o contrato de locação comercial firmado pelo locatário:**

(A) ficará extinto de pleno direito, sendo obrigado o locatário a entregar ao locador o imóvel onde se localiza o ponto.

(B) poderá ser mantido, desde que o locador interpele o administrador judicial no prazo de até 90 dias.

(C) ficará extinto, salvo se o Comitê de Credores autorizar o administrador judicial da massa falida a mantê-lo.

(D) será mantido, mas poderá ser denunciado, a qualquer tempo, pelo administrador judicial da massa falida.

**44. Alfredo Chaves exerce, em caráter profissional, atividade intelectual de natureza literária, com a colaboração de auxiliares. O exercício da profissão constitui elemento de empresa. Não há registro da atividade por parte de Alfredo Chaves em nenhum órgão público.**

**Com base nessas informações e nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.**

(A) Alfredo Chaves não é empresário, porque exerce atividade intelectual de natureza literária.

(B) Alfredo Chaves é empresário, independentemente da falta de inscrição na Junta Comercial.

(C) Alfredo Chaves não é empresário, porque não possui registro em nenhum órgão público.

(D) Alfredo Chaves é empresário, porque exerce atividade não organizada em caráter profissional.

**45. Almino José consultou seu advogado com o intuito de constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.**

**Com base na legislação aplicável à EIRELI, assinale a opção que apresenta a resposta correta dada pelo advogado.**

(A) O administrador da EIRELI deverá ser nomeado no ato constitutivo e será apenas o sócio, seu cônjuge ou parente até o 3º grau dessas pessoas.

(B) O ato constitutivo da EIRELI deverá ser arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, independentemente do objeto.

(C) As deliberações infringentes da lei que Almino José vier a tomar acarretarão sua responsabilidade ilimitada pelas obrigações da pessoa jurídica.

(D) Caso a receita bruta anual da EIRELI seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), será possível enquadrá-la como microempreendedor individual (MEI).

**Direito e Processo Civil**

**46. De acordo com o Código Civil, opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em nome deste, praticar atos ou administrar interesses. Daniel outorgou a Heron, por instrumento público, poderes especiais e expressos, por prazo indeterminado, para vender sua casa na Rua da Abolição, em Salvador, Bahia. Ocorre que, três dias depois de lavrada e assinada a procuração, em viagem para um congresso realizado no exterior, Daniel sofre um acidente automobilístico e vem a falecer, quando ainda fora do país. Heron, no mesmo dia da morte de Daniel, ignorando o óbito, vende a casa para Fábio, que a compra, estando ambos de boa-fé.**

**De acordo com a situação narrada, assinale a afirmativa correta.**

(A) A compra e venda é nula, em razão de ter cessado o mandato automaticamente, com a morte do mandante.

(B) A compra e venda é válida, em relação aos contratantes.

(C) A compra e venda é inválida, em razão de ter o mandato sido celebrado por prazo indeterminado, quando deveria, no caso, ter termo certo.

(D) A compra e venda é anulável pelos herdeiros de Daniel, que podem escolher entre corroborar o negócio realizado em nome do mandante falecido, revogá-lo, ou cobrar indenização do mandatário.

**47. Gustavo completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010 colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010 contraiu matrimônio com Beatriz. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício de emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.**

**Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu a cessação da incapacidade civil de Gustavo.**

(A) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.

(B) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.

(C) No momento em que contraiu matrimônio.

(D) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.

**48. Amélia e Alberto são casados pelo regime de comunhão parcial de bens. Alfredo, amigo de Alberto, pede que ele seja seu fiador na compra de um imóvel.**

**Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.**

(A) A garantia acessória poderá ser prestada exclusivamente por Alberto.

(B) A outorga de Amélia se fará indispensável, independente do regime de bens.

(C) A fiança, se prestada por Alberto sem o consentimento de Amélia, será anulável.

(D) A anulação do aval somente poderá ser pleiteada por Amélia durante o período em que estiver casada.

**49. Os vitrais do Mercado Municipal de São de Paulo, durante a reforma feita em 2004, foram retirados para limpeza e restauração da pintura. Considerando a hipótese e as regras sobre bens jurídicos, assinale a afirmativa correta.**

(A) Os vitrais, enquanto separados do prédio do Mercado Municipal durante as obras, são classificados como bens móveis.

(B) Os vitrais retirados na qualidade de material de demolição, considerando que o Mercado Municipal resolva descartar-se deles, serão considerados bens móveis.

(C) Os vitrais do Mercado Municipal, considerando que foram feitos por grandes artistas europeus, são classificados como bens fungíveis.

(D) Os vitrais retirados para restauração, por sua natureza, são classificados como bens móveis.

**50. João, credor quirografário de Marcos em R$ 150.000,00, ingressou com Ação Pauliana, com a finalidade de anular ato praticado por Marcos, que o reduziu à insolvência. João alega que Marcos transmitiu gratuitamente para seu filho, por contrato de doação, propriedade rural avaliada em R$ 200.000,00.**

**Considerando a hipótese acima, assinale a afirmativa correta.**

(A) Caso o pedido da Ação Pauliana seja julgado procedente e seja anulado o contrato de doação, o benefício da anulação aproveitará somente a João, cabendo aos demais credores, caso existam, ingressarem com ação individual própria.

(B) O caso narrado traz hipótese de fraude de execução, que constitui defeito no negócio jurídico por vício de consentimento.

(C) Na hipótese de João receber de Marcos, já insolvente, o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará João obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

(D) João tem o prazo prescricional de dois anos para pleitear a anulação do negócio jurídico fraudulento

**51. Com relação ao início da contagem do prazo para apresentação de resposta, em ação ajuizada pelo rito comum ordinário, em face de apenas um réu, assinale a afirmativa correta.**

(A) Em se tratando de citação postal, começa a correr o prazo a partir da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.

(B) Em se tratando de citação por oficial de justiça, começa a correr o prazo no dia seguinte ao do cumprimento da diligência.

(C) Em se tratando de citação por carta precatória, começa a correr o prazo no dia em que a carta é devolvida ao juízo de origem.

(D) Em se tratando de citação por edital, começa a correr o prazo no dia seguinte ao da publicação do referido edital.

**52. A respeito da penhora, assinale a afirmativa correta.**

(A) A penhora não será realizada quando o bem estiver na posse, detenção ou guarda de terceiro.

(B) Havendo mais de uma penhora, lavrar-se-á um único auto de penhora.

(C) Se o devedor fechar as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça providenciará o arrombamento, independente de qualquer autorização judicial.

(D) O juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados quando houver manifesta vantagem.

**53. A respeito da capacidade processual, assinale a afirmativa correta.**

(A) Os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito ou pelo procurador.

(B) O juiz, de plano, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, ao verificar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes.

(C) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao réu citado por hora certa, por edital ou por meio eletrônico.

(D) A citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é prescindível.

**54. A Lei n. 12.153/09 regulamenta a criação e o funcionamento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Tal diploma legal trouxe importantes inovações à ordem processual vigente, buscando solucionar ou reduzir os problemas causados pelo elevado número de demandas fazendárias que obstam o adequado funcionamento da máquina judiciária.**

**Consoante o exposto, assinale a afirmativa correta.**

(A) Os Juizados da Fazenda Pública são relativamente competentes para o processamento e julgamento daquelas causas cíveis que versem sobre interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

(B) É expressamente vedada a concessão de quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo que importem em ônus para os entes da Administração Pública Direta e Indireta que figurem no polo passivo da demanda.

(C) As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pela Lei Complementar n. 123/2006, possuem legitimidade ativa para demandar perante os Juizados da Fazenda Pública.

(D) O representante legal da pessoa jurídica de direito público, no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, disporá de prazo quádruplo para contestar e prazo em dobro para recorrer.

**55. Paula ajuizou ação de reconhecimento de união estável. Ainda antes da citação do réu, a autora desistiu da ação proposta. Dois meses depois do trânsito em julgado da sentença que extinguiu o processo, sem resolução do mérito nos termos do Art. 267, inciso VIII, do CPC, Paula, arrependida, ingressou novamente com a ação.**

**Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.**

(A) O juiz deverá extinguir o processo sem resolução do mérito por existir coisa julgada, não podendo a autora ajuizar novamente a mesma ação.

(B) Paula pode ingressar novamente com a ação, mas a nova demanda deverá ser distribuída por dependência.

(C) Não pode a autora ingressar com a demanda novamente, pois a desistência da ação gera preclusão consumativa.

(D) Trata-se de clara hipótese de litispendência, existindo duas causas idênticas com as mesmas partes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Conforme a legislação trabalhista, a redução salarial é:**

(A) vedada em qualquer hipótese.

(B) permitida, desde que prevista em convenção coletiva, apenas.

(C) permitida, desde que autorizada pelo empregado por escrito.

(D) vedada, salvo quando determinada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**57. O empregado eleito para cargo de direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)**

(A) tem estabilidade no emprego garantida desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato.

(B) tem estabilidade no emprego garantida desde a eleição até um ano após o final de seu mandato.

(C) tem estabilidade no emprego garantida desde o início de sua atuação no cargo até o final de seu mandato.

(D) não conta com estabilidade no emprego, podendo ser despedido, a qualquer tempo, sem justa causa.

**58. Acerca da jornada de trabalho, assinale a opção correta.**

(A) Se o empregador fornecer transporte ao empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, o tempo do percurso deve ser contado como hora *in itinere*, se o local de trabalho for de difícil acesso ou se não for servido por transporte público regular.

(B) O adicional de horas extras deve ser, no máximo, 50% superior à hora normal.

(C) O repouso semanal de 24 horas consecutivas deverá ser obrigatoriamente aos domingos.

(D) Os intervalos de descanso intrajornada devem ser, em qualquer caso, de duas horas.

**59. Com relação ao entendimento jurisprudencial dominante sobre a aposentadoria espontânea do empregado, assinale a opção correta.**

(A) A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, desobrigando para sempre o empregador do pagamento da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS do período anterior à aposentadoria.

(B) A aposentadoria voluntária extingue o contrato de trabalho, ainda que o empregado continue a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário.

(C) A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, salvo se o empregado voltar a trabalhar em outra empresa.

(D) A concessão da aposentadoria voluntária ao trabalhador não extingue, instantânea e automaticamente, o vínculo de emprego, não ficando o empregador desonerado de indenizar o empregado, arbitrariamente despedido, da multa de 40% sobre depósitos de FGTS anteriores à aposentadoria.

**60. Assinale a opção correta quanto à dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregada doméstica gestante.**

(A) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

(B) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 90 dias após o parto.

(C) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 120 dias após o parto.

(D) Inexiste, no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer vedação para a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante.

**61. Fabrício, empregado do Condomínio X foi dispensado sem justa causa. A rescisão de seu contrato de trabalho foi devidamente formalizada, tendo sido homologada pelo Sindicato da Categoria. Fabrício, inconformado com a dispensa sem o devido pagamento das horas extras trabalhadas, ajuizou reclamação trabalhista em face de Clóvis, síndico do referido Condomínio, dando à causa o valor de R$50.000,00. A referida reclamação foi extinta sem resolução de mérito, tendo sido reconhecida a ilegitimidade de parte passiva. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, às custas processuais, serão devidas por Fabrício no:**

(A) valor mínimo previsto em instrução normativa do Tribunal Superior do Trabalho.

(B) montante de R$500,00.

(C) montante de R$1.000,00.

(D) valor mínimo previsto em portaria específica emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**62. A reclamação trabalhista X tramita na 5ª Vara do Trabalho de Maceió, tendo sido expedida carta precatória para penhora de imóvel situado na cidade de São Paulo, Capital. Foi penhorado o referido imóvel, sendo que Ana, que não é parte na reclamação trabalhista, está sofrendo esbulho na posse de seu bem. Ana pretende opor embargos de terceiro. Neste caso, os referidos embargos, em regra, deverão ser propostos em:**

(A) Maceió, obrigatoriamente, juízo este também competente para julgá-lo.

(B) São Paulo, obrigatoriamente, juízo este também competente para julgá-lo.

(C) São Paulo ou em Maceió, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de Maceió.

(D) São Paulo ou em Maceió, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de São Paulo.

**63. A respeito do inquérito judicial para apuração de falta grave, considere:**

**(I) As custas processuais deverão ser pagas no momento da propositura da ação, tratando-se de exceção prevista expressamente na Consolidação das Leis do Trabalho.**

**(II) O prazo de sessenta dias previsto na Consolidação das Leis do Trabalho é contado da suspensão do empregado, tratando-se de prazo decadencial.**

**(III) Poderão ser ouvidas até seis testemunhas para cada parte.**

**(IV) A data da extinção do contrato de trabalho, se procedente o pedido objeto do inquérito, será considerada como a do ajuizamento do inquérito.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

(A) II e IV.

(B) I, II e III.

(C) III e IV.

(D) I e III.

**64. Na audiência trabalhista UNA, onde deixou de comparecer a reclamada ou seu representante legal, estando presente o advogado munido de procuração e defesa, comprovando, preliminarmente, que a reclamação foi recebida no dia anterior à data da realização da audiência, deve o juiz:**

(A) aplicar a revelia e pena de confissão quanto à matéria de fato à reclamada, mantendo o normal anda mento da audiência.

(B) designar nova data para a realização da audiência, ante os argumentos do advogado da reclamada.

(C) condicionar o adiamento da audiência à concordância do reclamante.

(D) aplicar a revelia e pena de confissão quanto à matéria de fato à reclamada, designando nova data para a realização da audiência.

**65. A respeito da figura do preposto no Direito Processual do Trabalho, de acordo com a legislação,**

(A) não precisa ter conhecimento dos fatos, uma vez que não presta compromisso de dizer a verdade, ônus imposto às testemunhas.

(B) deve ter conhecimento dos fatos e suas declarações obrigarão o proponente.

(C) não precisa ter conhecimento dos fatos, uma vez que atua apenas como representante do empregador.

(D) deve ter conhecimento dos fatos, entretanto, suas declarações não obrigam o proponente, pois figura apenas como representante do empregador.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade de exercício, e também obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) o imposto:**

(A) territorial rural (ITR)

(B) produtos industrializados (IPI).

(C) importação (II).

(D) Imposto de Renda (IR)

**67. Marque a opção correta:**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I da CRFB e cobra imediatamente dos contribuintes;**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele somente poderá ser cobrado no exercício financeiro seguinte;**

**III – O IPTU não se submete a anterioridade nonagesimal quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) as assertivas I e II

(B) as assertivas I e III

(C) as assertivas II e III

(D) nenhuma das alternativas

**68. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei.

(B) medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos.

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese.

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade.

**69. Os lançamentos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Transmissão onerosa de bens imóveis (ITBI) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**70. Em 2012, Ismália não apresentou à Receita Federal a declaração de imposto de renda, estando obrigada a tal conduta pela renda auferida. Ismália é então multada pelo descumprimento da obrigação. Diante do exposto, é CORRETO afirmar que a União Federal:**

(A) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária acessória.

(B) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária principal.

(C) não poderia exigir o pagamento daquele valor de Ismália, mas apenas da fonte pagadora.

(D) estaria aplicando a chamada norma geral antielisão, cujo objetivo é desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |